

EDITORIAL

A cidade desempenha hoje papel econômico diferente do que em período anterior. A crise de produtividade do fordismo também significou uma crise do Estado keynesiano, com ampla e grave consequência para as finanças públicas, em particular dos poderes locais, nos principais países do mundo. A forma das principais cidades mundiais – depois muitas outras, pequenas, médias e grandes – reagir a esta crise foi expandir o seu papel econômico por meio da criação de ambiente institucional, político e físico propício ao desenvolvimento dos negócios globais. Com isso, conseguiram atrair novos capitais e visitantes. O mundo dos negócios globalizados segue uma revolução nas tecnologias dos transportes e comunicação. Novas empresas e filiais são criadas e transferidas de um lado a outro do mundo, buscando vantagens competitivas de várias ordens, em particular novos mercados. A expansão do consumo se dá em função do avanço do turismo (com a atração de visitantes solváveis), mas também com o desenvolvimento dos novos negócios, que requerem espaços próprios para as elites locais gerenciais. Espaços VIPs são criados por toda parte, incluindo aeroportos, shoppings, escolas, universidades, clubes, condomínios etc.: espaços espetacularizados, que sirvam ao marketing das cidades, que lhes imprimam novas identidades (*image-making*) e significados (*branding*). Há várias formas de realizar um projeto de espetacularização urbana, mas talvez o mais utilizado hoje seja por meio dos grandes projetos urbanos, muitas vezes por ocasião de algum grande evento, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas, a Expo etc. A realização de tais projetos produz efeitos em múltiplas e variadas dimensões do espaço social, o que coloca desafios importantes para sua análise.

A publicação, pela RBEUR, de uma segunda parte do dossiê sobre *Cidade, espetacularização e os grandes projetos* indica a atualidade desta discussão. Foram muitas as submissões e, mesmo após a criteriosa seleção que é característica do padrão da revista, o número de artigos selecionados não coube em uma só edição. Assim, publicamos neste número, no núcleo temático, mais sete artigos que compõem o dossiê. O dossiê completo, juntando os trabalhos aqui publicados com os que foram publicados no v. 16 / n. 1 da RBEUR, totaliza 14 artigos.

O artigo de Alessandro Ferreira Cardoso da Silva, intitulado *Coalizões urbanas no país do Futebol: relações entre o megaevento Copa do Mundo 2014 e o mercado imobiliário*, discute o impacto que teve a Copa no mercado imobiliário da cidade de Natal (RN). Explica todo o trajeto, desde a candidatura da cidade até a realização dos jogos, discutindo o papel que teve a “coalizão” entre Estado e interesses privados na produção do novo estádio de futebol e em obras de mobilidade complementares. O autor trabalha com uma versão modificada e adaptada do conceito de coalizão pró-crescimento ou de máquina de crescimento urbano, antes elaborado para explicar o desenvolvimento de cidades americanas. Explica que, em Natal, há um foco exacerbado nos interesses dos agentes do mercado imobiliário, diretos beneficiários da “valorização” imobiliária advinda dos investimentos realizados na cidade visando à realização da Copa. Os preços dos imóveis nas áreas do entorno dessas infraestruturas (Arena das Dunas e obras de mobilidade) assim revelam. Natal é uma cidade média, mas muito do que é discutido no artigo pode ser revelador de processos análogos acontecidos nas demais capitais da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Alexandre Sabino do Nascimento assina o artigo de título *A metrópole e as perfídias do capital: uma análise da relação entre Estado, megaeventos esportivos e grandes projetos de desenvolvimento urbano na (re)produção do capital e da cidade contemporânea*. O foco da análise é a cidade do Recife, seu entorno e o estado de Pernambuco. O autor analisa o conjunto de

investimentos que vêm sendo operacionalizados na região pelo Estado e pela iniciativa privada, na última década. No que diz respeito às obras para a Copa do Mundo de 2014, explica que todo o processo foi permeado por total falta de transparência, com a adaptação de leis e normas para servir aos propósitos específicos dos interesses privados e públicos envolvidos. Revela uma intrincada engenharia institucional, política e financeira, por meio da qual foi possível viabilizar os empreendimentos, em particular a Itaipava Arena Pernambuco e obras de mobilidade. Todo o desenvolvimento transformou uma grande área próxima ao Recife, antes predominantemente de ocupação rural, em nova fronteira para o mercado imobiliário, com a previsão, inclusive, da complementação de grande empreendimento imobiliário nos próximos anos, a Cidade da Copa. O consórcio responsável pela construção da Arena, além de poder explorá-la por 33 anos, foi protegido contra riscos financeiros de toda ordem, garantindo a lucratividade futura para os investidores, mesmo que seja à custa do erário público.

O artigo *A BMW em Araquari/SC e o planejamento de ocasião: o Estado como agenciador da flexibilização urbana*, de Charles Henrique Voos e Luiz Eduardo de Carvalho Silva, tem como foco a mobilização realizada pelos poderes públicos para atrair para a pequena cidade de Araquari, em Santa Catarina, a BMW. A instalação da nova fábrica de automóveis teve um impacto significativo na região, em particular em Araquari. Esta deverá ver a sua população crescer rapidamente, nos próximos anos, tendo, para isso, que implantar infraestrutura própria e novas áreas residenciais. O mesmo esforço que levou a BMW – que foi chamado de “projeto farol” – a se instalar na cidade é também empreendido para atrair novas empresas para a região, que foi escolhida pela BMW devido a vários fatores. Além dos incentivos fiscais municipais e estaduais, a cidade situa-se em corredores viários importantes, próxima a vários portos e aeroportos, dispõe de mão de obra qualificada e, na vizinha Joinville, há várias instituições de ensino técnico. Mais do que tudo, o apoio institucional recebido, por meio de um “planejamento de ocasião” que levou à modificação da legislação urbanística de forma em nada participativa, foi fundamental. O resultado é a exacerbação da especulação imobiliária.

Em seguida, o artigo *A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro*, de Fabio Silveira Molina, discute o papel instrumental dos megaeventos no processo de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro e de afirmação do projeto de cidade associado à política urbana neoliberal. O texto evidencia elementos de um *continuum* na produção da chamada Cidade Olímpica, especialmente a partir dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 e rumo aos Jogos Olímpicos de 2016. Ele mostra como os sujeitos, articulações políticas e projetos urbanos em curso utilizam-se de padrões e reproduzem modelos de gestão urbana e de urbanismo baseados nas matrizes do empreendedorismo urbano e do planejamento estratégico. O autor também apresenta e discute os principais projetos quanto à conformação de centralidades e seus efeitos de fragmentação territorial.

O artigo *O espetáculo dos espaços públicos: vivências e expressões culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro*, de Flora d’El Rei Lopes Passos, busca reconhecer as múltiplas identidades territoriais entrelaçadas às expressões culturais na área portuária do Rio de Janeiro. Este reconhecimento permite perceber como os coletivos relacionados com a cultura produzem e incorporam os espaços públicos, dando-lhes novos significados, sugerindo ideias e projetos de cidade, muitas vezes em tensão e conflito com o atual projeto de reestruturação urbana Porto Maravilha. As chamadas ações e estratégias de “valorização cultural”, vinculadas à concepção de grandes projetos de entretenimento, turismo e consumo, são confrontadas com as ações culturais mais diretamente ligadas à experiência urbana. Mediante tal contraponto, a autora busca contribuir para o debate acerca da participação, da troca social e do conflito, como elementos importantes para repensar, na perspectiva crítica, os projetos urbanos.

Clésio Barbosa Lemos Júnior e Arlêude Bortolozzi são os autores do artigo de título *Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso do Circuito Cultural Praça da Liberdade – Belo Horizonte (MG)*. O artigo apresenta uma discussão sobre o conceito de patrimônio cultural e o seu significado atual. A discussão ressalta as questões da identidade e da memória, mas indica que, no contexto da espetacularização das cidades e da “teatralização” da cultura (muito em função do turismo), os bens culturais e artísticos têm se transformado em mercadorias. Isso acontece nos atuais projetos de renovação urbana, incluindo o novo Circuito Cultural Praça da Liberdade, no centro de Belo Horizonte. O entorno da praça era ocupado por edifícios de várias secretarias e órgãos do governo estadual mineiro. Com a transferência para a nova Cidade Administrativa, estes edifícios – por meio de parcerias público-privadas – foram renovados e requalificados com novos usos. A partir de 2010, um complexo, voltado para o conhecimento, a arte, a cultura, a ciência e o entretenimento (com museus, centros culturais, biblioteca, oficinas, ateliês, etc.), foi instalado nos vários edifícios renovados. Grandes empresas, como o Banco do Brasil, a TIM, a EBX, a VALE e a FIAT, entre outras, compõem as várias parcerias. O projeto é considerado o maior já realizado no Brasil e um dos maiores do mundo.

Licio Caetano do Rego Monteiro assina o último artigo do dossiê temático, intitulado *Rio de Janeiro “tipo Colômbia”: jogo de escalas, controle territorial e segurança urbana*. O autor utiliza o modelo colombiano como referência para a análise da política de segurança pública no Rio de Janeiro, não apenas no que se refere à transferência de experiências das políticas públicas mas também na análise das relações desta política com a produção das imagens urbanas e nacionais, com as estratégias de controle territorial e com os efeitos econômicos da implementação de tais políticas. O trabalho mostra também a combinação entre as formas de segurança pública e privada e os efeitos de “integração excludente” da política de segurança no tecido socioespacial urbano. O estudo comparado é bem-vindo na análise das experiências de políticas públicas com impactos em diversas dimensões: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro e as políticas de segurança desenvolvidas na Colômbia. O esforço de transformação das imagens, da violência colombiana para a positividade do modelo de política de segurança lá adotado, é identificado também no contexto de afirmação das UPPs na metrópole carioca.

Abrindo a seção do fluxo contínuo, em *“Deus criou o mundo, mas os holandeses fizeram a Holanda”: a política urbana holandesa e os impactos recentes da globalização*, Eduardo Alberto Cusce Nobre analisa a evolução do planejamento territorial e da política urbana na Holanda nas últimas cinco décadas. Para tanto, parte do contexto sociocultural holandês, marcado pela intensa submissão da natureza à racionalidade técnica, que permitiu o processo de organização territorial do país. O autor caracteriza os três períodos que definiram o planejamento holandês (tecnocrático, sociocrático e consumista), sendo que o último iniciou o desmonte de um sistema de planejamento até então marcado pela integração das três esferas de governo em prol de políticas territoriais de cunho social. Devido à orientação neoliberal da década de 1990, o país assistiu à redução do papel do Estado na condução da política urbana, o que gerou sérias consequências após a crise de 2008, como a redução na produção de habitação social e o aumento expressivo no preço dos imóveis. Por fim, vale ressaltar que o artigo apresenta divergências e aproximações entre os instrumentos das políticas urbanas holandesa e brasileira.

No segundo artigo do fluxo contínuo, *Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou “rodar” programas?*, Raquel Rolnik, Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini e Danielle Klinitowitz buscam investigar as fontes de recursos e analisar os atores, arenas e processos envolvidos em investimentos habitacionais nos municípios paulistas. Realizando estudos de caso em seis administrações municipais, utilizam indicadores sobre autonomia financeira, produção habitacional, capacidade institucional e evolução das condições de adequação domiciliar, a fim de

questionar até que ponto esses investimentos estariam ou não orientados por processos participativos. A pesquisa relatada demonstrou como os governos municipais acabam decidindo, com pouco esforço institucional e a partir de uma postura antes de tudo pragmática, aderir ao modelo do Programa Minha Casa, Minha Vida, assegurando ganhos políticos e materiais significativos, que contemplem os principais *players* da política na escala local: a administração municipal, os políticos, os partidos, as empresas e, muitas vezes, os movimentos sociais.

Em seguida, em *A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação*, Milena Fernandes Oliveira procura retomar elementos da História e da Economia Política que propiciem uma análise mais ampla sobre o processo de desenvolvimento no capitalismo periférico e as complexas articulações estabelecidas entre os processos de urbanização e subdesenvolvimento. Parte do acúmulo do debate marxista e dependentista realizado na América Latina nos anos 1960/70 sobre as especificidades de nosso processo de urbanização. Esses autores, sempre privilegiando o movimento histórico, procuraram as conexões entre a dialética rural-urbano, a estrutura fundiária, as relações entre as classes no espaço urbano e suas relações contraditórias com uma forma de Estado muito peculiar, que se consolida no capitalismo periférico. A ênfase do artigo é colocada nas heterogeneidades estruturais, indagando sobre as formas através das quais elas se reproduzem multidimensionalmente na sociedade e nos variados processos contraditórios que caracterizam o avanço do capitalismo no continente.

No quarto artigo dessa seção, Eduardo Marandola Jr. e Ricardo Ojima buscam, em *Pendularidade e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas: repercussões na estrutura e no habitar urbano*, discutir o binômio mobilidade-vulnerabilidade, segundo eles central para a análise da dinâmica dos espaços metropolitanos contemporâneos. Os autores problematizam as diferentes formas de habitar nas metrópoles e a fluidez de seus habitantes, suas inseguranças, riscos e vulnerabilidades, que organizam rotinas e escolhas no espaço urbano, em processos de deslocamentos, permanências e densidades da experiência muito distintos. O caso da Região Metropolitana de Campinas, quanto à pendularidade e ao *status* migratório das populações, foi pesquisado sob a perspectiva das interações e estruturação espaciais. Procurou-se destacar o papel da mobilidade socioespacial para pensar as vulnerabilidades, bem como as diferentes posições e situações de exposição e enfrentamento de riscos, os estilos de vida e a própria estruturação do espaço urbano-regional.

O último artigo do fluxo contínuo, de autoria de Esdras Pio Antunes da Luz e Pedro Martins, aborda com originalidade a questão da *Cultura náutica e patrimônio material: um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina*. Partindo da constatação de que poucos foram os lugares do amplo litoral brasileiro com tradição náutico-marítima que preservaram seus saberes e práticas conectados a essa forma de mobilidade e transporte, a pesquisa demonstra como, apesar da Ilha apresentar enorme potencial para o transporte náutico, este vem sendo pouco explorado, privilegiando-se o modal rodoviário. Apresenta-se a experiência da localidade da Costa da Lagoa, que tomou a decisão ousada de trocar o transporte rodoviário pelo náutico. O artigo, a partir de um resgate histórico e de investigação empírica e qualitativa, inventaria a diversidade do patrimônio material representado pelas embarcações, que constituem a representação física dessa cultura náutica na localidade, tanto do transporte público quanto privado. Ao final aponta algumas sugestões de como um maior planejamento urbano e dos transportes poderia beneficiar os habitantes da Ilha de Santa Catarina, dada a existência de um amplo mar navegável no seu entorno.

Dando continuidade à seção Memória de Presidentes, retomada há dois anos no volume 14 / número 2 da RBEUR, esta edição apresenta o texto de Edna Castro, que presidiu

a ANPUR entre 2007 e 2009. O texto *A ANPUR e a construção do campo científico brasileiro (2007-2009)* não só resgata as atividades daquela gestão, como também apresenta um balanço do importante papel da Associação na construção do campo científico do Planejamento Urbano e Regional.

Na seção resenhas, duas contribuições fecham este número. A primeira, realizada por Silvio Lima Figueiredo e Nirvia Ravena, apresenta a coletânea *Cidades na Floresta*, organizada por Edna Castro, que trata da complexidade e das especificidades de um território onde espaços urbanos singulares se produzem. As variadas formas em que são organizadas territorialidades e culturas com dinâmicas híbridas e multidimensionais expressam, no livro, uma Amazônia que se transforma e se reconfigura contraditoriamente pela ação de políticas públicas e de suas populações. A segunda, realizada por Dirceu Piccinato Junior, apresenta a coletânea *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, organizada pelos geógrafos Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito. Em seus onze capítulos são abordados temas centrais do urbano brasileiro, discutidos por um destacado conjunto de pesquisadores que vem se dedicando à esta problemática, a partir de diversos olhares e enfoques.

Com este número encerramos os trabalhos da Comissão Editorial 2012/2014. Aproveitamos o ensejo para agradecer imensamente o apoio da presidenta Virginia Pontual e de toda a diretoria e, ao mesmo tempo, desejar boa sorte à nova Comissão Editorial, tendo à frente Ana Cristina Fernandes e Norma Lacerda na empreitada de avançar na garantia da RBEUR enquanto espaço privilegiado do debate plural do campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil e na América Latina.

Carlos Brandão

Editor Responsável

Fernanda Sánchez

Editora Assistente e Editora convidada do núcleo temático

Márcio Valença

Editor convidado do núcleo temático